

## **REARMAMENTO NAVAL (1910)**

No início do século XX, era opinião geral no Brasil que o país necessitava recompor sua Marinha de Guerra. De presença marcante na América do Sul no século anterior, estava ela reduzida, tanto nos seus efetivos quanto no número de navios, em razão das convulsões políticas do início da República, sobretudo a Revolta da Armada, contra o presidente Floriano Peixoto (1891-1894). O descaso do Poder Executivo também contribuíra para o sucateamento da Marinha. O prestígio e a segurança nacional eram invocados por aqueles que pediam seu reforço, por temerem eventuais agressões de nações extracontinentais ou afrontas ao amor próprio nacional oriundas do contexto sul-americano. As violações de soberania do imperialismo europeu contra nações asiáticas e africanas provocavam temor entre os brasileiros, que, por isso, sempre enfatizaram o caráter defensivo do rearmamento, justificado pela necessidade de resguardar o extenso litoral do país.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, barão do Rio Branco, diplomata e opinião de peso nos assuntos internacionais, preocupara-se com o estado de defesa do Brasil antes mesmo de assumir o Ministério das Relações Exteriores (1902-1912). Homem de seu tempo e identificado com a opinião nacional, estimulou o desenvolvimento do projeto de rearmamento naval, bem como a conscrição militar. O caráter pacífico da nacionalidade não implicava, no seu entender, manter o país em estado de fraqueza militar, pois conflitos militares independiam da vontade nacional. O litoral, a vastidão do território e sua posição no continente, bem como o rearmamento de nações vizinhas, obrigavam o Brasil a dotar-se dos necessários elementos de defesa. Na condição de chanceler, defendeu o aumento rápido da armada, não porque alimentasse propósitos bélicos, mas para resguardar o país de eventual e premeditado insulto.

Na campanha a favor do rearmamento empenhou-se, também, Rui Barbosa, tribuno e jurista dos mais respeitados à época. Em sintonia com o que havia de mais atual na literatura sobre o tema, já nas *Cartas de Inglaterra* (a primeira edição é de 1896), invocando exemplos europeus e da história norte-americana extraídos da Guerra de Secessão, e apoiado em autores que valorizavam o papel da armada na defesa nacional (como Stenzel, Wilkinson, Alfred T. Mahan), Rui chamava a atenção, nomeadamente em “Lição do Extremo Oriente”, para o estado deplorável em que se encontrava a defesa do

país após o aniquilamento da Marinha de Guerra em decorrência de sua revolta (6/9/1893-13/3/1894) contra Floriano Peixoto. Reportava-se, ainda, aos recursos financeiros que a Argentina destinava ao desenvolvimento de sua Marinha, e, embora não atribuindo a ela propósitos agressivos em relação ao Brasil, ressaltava que a força militar convertia-se em tentação contra vizinhos militarmente despreparados.

### O DEBATE NO LEGISLATIVO

O almirante Júlio César de Noronha, ministro da Marinha do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), influenciado pelos conceitos de supremacia do poder naval do almirante Alfred T. Mahan, elaborou um programa de rearmamento, no qual se previam navios cujos modelos eram os das melhores esquadras de então. No Legislativo, a discussão decorrente da apreciação da proposta de reequipar a Marinha não foi sobre a necessidade, mas sobre a forma e os meios mais adequados de implantá-la. Em consonância com a opinião geral, os homens públicos entendiam que a armada nacional necessitava ser refeita pelo fato de estar obsoleta, pois sob a República houvera retrocesso no que dizia respeito à defesa nacional. Não mais havia, verdadeiramente, Exército nem Esquadra. O estímulo para o aumento da tonelagem dos navios provinha também do Prata, onde a imprensa discutia o plano brasileiro de reorganização naval. Na Câmara, o deputado Laurindo Pita foi defensor do programa naval aprovado em 1904 (Decreto nº 1.296, de 14 de julho).

Logo após aprovado, o programa foi alvo de campanha, sobretudo na imprensa e no Congresso, que visava à sua modificação, sob o fundamento de que estaria superado. O debate, na legislatura que teve início em abril de 1906, incorporava os novos conceitos de guerra naval que surgiram em razão dos estudos sobre a então recente derrota da Rússia para o Japão; por conta disso, defendia-se a inclusão na armada nacional de encouraçados de grande porte. Nessa linha pronunciou-se Antônio Nogueira, relator do projeto que fixava a força naval para 1907. O cruzador-encouraçado estaria superado, e, assim, era favorável à aquisição de unidades com poder de fogo superior ao *dreadnought* inglês. O discurso do deputado entrava em cheio naquilo que se caracteriza como corrida armamentista, pois propunha a compra de unidades superiores àquelas que o eventual contendor pudesse ter e levava o assunto para o terreno da hegemonia marítima no sul do continente. José Carlos de Carvalho, deputado e ex-oficial da Marinha, posicionou-se também pela revisão do

programa naval já votado, levando em conta os ensinamentos da guerra citada e, portanto, defendendo a incorporação de encouraçados de 18 mil toneladas no lugar daqueles de 13 mil.

Na defesa do programa naval já aprovado pela legislatura anterior, manifestou-se o deputado Jesuíno Cardoso, no entendimento de que não se podia pretender elevar a armada nacional ao patamar em que se encontravam as das nações navais de primeira ordem mundial. Era preciso ter em conta a situação geográfica e a posição política do país. O deputado defendeu a execução do plano naval anterior e assim mesmo “parceladamente, em prazo mais ou menos dilatado, e com recursos normais e ordinários, mediante verbas anualmente consignadas” (sessão de 17 de junho de 1906). Na mesma linha contrária a alteração do plano naval já votado, estava Tomás Cavalcanti, que não concebia que a esquadra a se construir ficasse reduzida a encouraçados de combate.

No Senado, o parecer de 19 de agosto de 1906 da Comissão de Marinha e Guerra, assinado por Júlio Frota, Alexandrino de Alencar e Pires Ferreira, ao realçar o estado precário em que se encontrava a administração naval do país, refletiu a opinião da Casa. No plenário, destacaram-se Joaquim Catunda, como veemente defensor do aumento da armada, sob o argumento de que era do mar que poderia vir o perigo para a soberania do país, e Lauro Sodré, que não confiava nas promessas de paz, harmonia e fraternidade entre as nações.

Não obstante o alarmismo com que muitas vezes o assunto era tratado, sobretudo na imprensa, havia senadores que não vislumbravam perigo nas nações limítrofes e falavam a linguagem da paz, pedindo a discussão do assunto sem açonamento. Assim o fez, por exemplo, Pires Ferreira, que reiterava o caráter defensivo do rearmamento, o resguardo do litoral extenso e o intuito de ver o país se fazer respeitar. Embora o ponto de comparação fosse sempre a Argentina, havia integrantes do Senado que reafirmavam a desambição territorial do Brasil e descartavam qualquer intenção de hegemonia no Atlântico ou, mais precisamente, na área do Prata. Havia senadores que tanto insistiam no caráter pacífico dos armamentos que pareciam pedir desculpas aos vizinhos.

### A ESQUADRA DE 1910

A campanha levada a efeito no Legislativo e na imprensa foi eficaz. Sete dias após a posse do almirante Alexandrino Faria de Alencar como ministro da Marinha, na

inauguração do governo Afonso Pena em 15 de novembro de 1906, o programa naval de 1904 foi substituído pelo constante do Decreto nº 1.567. Autorizado pelo Congresso Nacional, o Executivo elaborou novo programa, pelo qual se aumentava o deslocamento dos três encouraçados (de 14 mil para 19.280 toneladas) e caça-torpedeiras (*destroyers*). Substituíam-se os cruzadores encouraçados por exploradores rápidos, e o navio carvoeiro e o navio escola por um navio mineiro e um pequeno navio para o serviço de hidrografia e de exploração da costa. Os encouraçados estariam entre os mais possantes e modernos do mundo.

Existe a versão, como mostram Martins e Cozza, de que o programa naval de 1906 teria sido inspirado nas idéias de sir Hugh Tennyson d'Eyncourt, que representaria os interesses da firma inglesa Vickers Armstrong, que, com efeito, recebeu a encomenda de três encouraçados (o *Minas Gerais*, o *São Paulo* e o *Rio de Janeiro*) de grande porte, tipo *dreadnought*. O Brasil não chegou a receber o *Rio de Janeiro*, pois o vendeu à Turquia, o que levou ao cancelamento da construção das unidades que lhe dariam apoio; assim, o Programa Alexandrino ficou reduzido a dois *dreadnoughts*, dois *scouts* e dez *destroyers*. Logo depois da incorporação das novas unidades à Marinha nacional, e sete dias depois da posse de Hermes da Fonseca na presidência da República em 15 de novembro de 19, ocorreu a Revolta dos Marinheiros (conhecida também com a Revolta da Chibata, 22 a 25/11/1910), que envolveu o antigo encouraçado *Deodoro*, mas teve seu núcleo exatamente nas três mais poderosas unidades, os citados *Minas Gerais* e *São Paulo* e o *scout Bahia*. Adquiridas com esforço financeiro, as novas unidades navais correram o risco de serem postas a pique por ordem do novo ministro da Marinha, Joaquim Marques Batista de Leão, só não o sendo em razão da anistia aos revoltosos aprovada pelo Legislativo. Segundo Martins, o próprio barão do Rio Branco chegou a fazer gestões no sentido de se preservar os novos navios, no entendimento de que eram necessários ao equilíbrio naval sul-americano.

Apesar da carência de manutenção e de pessoal adequado para guarnecer as modernas unidades adquiridas, com os dois *dreadnoughts* o Brasil passou a ter dois dos maiores e mais modernos navios de combate do mundo. No exterior, formou-se a idéia de que os dois navios estariam acima da posição do Brasil no concerto mundial, pois a Inglaterra, tradicional potência naval, só tinha, em 1910, encomendado um *dreadnought*.

Mesmo assim, internamente, o programa naval foi considerado abaixo das necessidades do país, em razão do número de seus portos, da extensão do seu litoral e da vastidão territorial. Além disso, os *dreadnoughts* estavam impossibilitados de atuar no rio da Prata por causa das suas dimensões. De qualquer forma, a esquadra de 1910 não tardou a ficar obsoleta em face das inovações desenvolvidas pelas potências beligerantes no decorrer da Primeira Guerra.

### A REAÇÃO ARGENTINA

Brasil e Argentina eram países satisfeitos em termos territoriais, com grandes vazios. O intercâmbio comercial era de proporção tal que fazia da Argentina um dos primeiros exportadores para o Brasil. A única questão séria de limites entre os dois países fora solucionada por meio de arbitramento em 1895. No entanto, contrariando tudo isso, os dois países chegaram a se entregar a uma corrida pelos armamentos, da qual os principais ganhadores foram os emprestadores de dinheiro e os fabricantes de navios.

O auge da disputa naval foi 1907. Fiéis ao espírito de época, as nações sul-americanas não escaparam da influência dos escritos do almirante norte-americano Alfred T. Mahan, defensor da política de expansão naval e de grandes frotas. Apesar do argumento brasileiro de que o rearmamento destinava-se apenas à proteção do litoral, a Argentina o encarou como um desafio, pois se via como a primeira potência da região. A altivez e a preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional foram constantes na atuação de Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores. Não seria diferente no tocante aos armamentos. Evitou polemizar com certo jornalismo portenho e em momento algum aceitou sequer falar em redução do plano naval sob pressão argentina.

Depois de intenso debate interno, refletido na imprensa de Buenos Aires e acompanhado com atenção pela diplomacia brasileira, a Argentina, em 1908, decidiu-se pela compra de dois *dreadnoughts*. A disputa naval amainou-se com a ascensão de Roque Sáenz Peña à presidência da Argentina (12/10/1910), o que propiciou o acordo de cavalheiros entre os dois governos, que, assim, prometeram desistir, mutuamente, do terceiro *dreadnought*. Em 1915, a Argentina incorporou à sua armada o *Rivadavia* e o *Moreno*, encouraçados de 27.500 toneladas cada um, que haviam sido encomendados, recuperando assim a supremacia naval na região em razão da tonelagem superior aos

adquiridos pelo Brasil.

*Clodoaldo Bueno*

FONTES: ANCIZAR, R. *Brasil*; ARQ. HIST. ITAMARAT. Despachos e Ofícios-Buenos Aires (Washington; Arquivo particular do barão do Rio Branco); BACKEUSER, E. *Rio Branc* (p.5-25, 1945); BARBOSA, R. *Cartas*; BARBOSA, R. *Obras*; BUENO, C. *Política*; CALÓGERAS, J. *Idéias*; CÂM. DEP. *Anais* (1902, 1906, 1910); CERVO, A.; BUENO, C. *História* ; ETCHEPAREBORDA, R. *Historia*; FERRARI, G. ; GALLO, E. *Argentina*; FERRARI, G. *Esquema*; FRAGA, R.; CORRÊA, L. *Argentina*; FRAGA, R. *Roca*; GOROSTIAGA, M. *Argentina-Brasil*; *História naval* ; LINS, A. *Rio-Branco*; LOPES, M. *Rui Barbosa*; MAGALHÃES, J. *Evolução*; MAHAN, A. *Influence*; MARTINS, H.; COZZA, D. *Poderes*; MARTINS, H. *Panorama*; MARTINS, H. *Revolta*; MORÉL, E. *Revolta*; NERY, F. *Rui Barbosa*; *O Paiz* ( Rio de Janeiro, 26-28 ago. 1907). “Extravagante e curioso”; “Solidariedade honrosa”; “Diplomacia remodelada”; *Relações exteriores do Brazil*; RIO BRANCO, J. *Obras*; ROMERO, J. *Sobre*; ROMERO, L. *Breve*; SENADO. *Anais* (1905, 1906);TULCHIN, J. *Argentina*.